



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

COMPREENDENDO O MÉTODO: A TEORIA ATOR-REDE COMO ALTERNATIVA PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Aline Veiga dos Santos
Universidade Católica de Brasília – Brasil
E-mail: aveigadossantos@gmail.com

Isabela Cristina Marins Braga
Universidade Católica de Brasília – Brasil
E-mail: isabelaunai@gmail.com

Trabalho de natureza teórica¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de apresentar a Teoria Ator-Rede (TAR), como uma corrente metodológica viável para análise de políticas públicas educacionais, em especial as de educação superior. Trata-se de uma revisão bibliográfica teórico-reflexiva, que inicialmente buscou discutir as mudanças sofridas no campo político educacional, com o advento da globalização, apresentando, em seguida, as concepções e características da TAR. A metodologia em tela possibilita a análise das relações de poder que se concretizam por meio das práticas e associações de diferentes atores ao conceber novas formas de pensar a ação, o que pode ser muito útil para análise das políticas de educação superior.

Palavras-chave: Teoria Ator-Rede. Análise de Políticas Públicas. Políticas de Educação Superior.

Introdução

A complexidade das mudanças que incorporaram o cotidiano dos indivíduos, desde os anos finais do século XX, produziram inúmeros efeitos sobre a vida em sociedade, uma vez que o discurso ampliado de “local para global” passou a requerer um novo olhar sobre a dinâmica política, especialmente sobre o papel do Estado, enquanto “provedor da nação”.

A globalização hegemônica se assenta como pano de fundo desse fenômeno, que, com o intuito de atender aos interesses do mercado e do capitalismo, busca estabelecer relações amigáveis de parcerias em que o Estado-Nação reduz seu papel diante da sociedade e abre espaço para outros atores, trazendo o processo de privatização como algo natural e necessário para reestabelecer o desenvolvimento dos países.

¹ Este estudo é fruto das pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa – Educação superior: políticas, governança e cidadania – do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília.

No Brasil, um forte apelo ao estabelecimento das parcerias público-privadas pode ser observado nas políticas públicas educacionais, que têm sido amplamente modificadas para atender às demandas de massificação e produtividade, em detrimento da formação humana e cidadã. No campo do ensino superior, essa situação se instaura como uma crise conjuntural. De um lado, o mercado sinaliza que tipo de aluno ele quer formar, e, de outro, o Estado atua como um agente regulador das políticas neoliberais.

Nesse cenário, instala-se “uma nova forma de governança ‘experimental’ e ‘estratégica’ que é baseada em relações de rede dentro e por meio de novas comunidades políticas, destinadas a gerar nova capacidade de governar e aumentar a legitimidade” (BALL, 2013, p. 179-180). Portanto, para o autor, as novas redes políticas engendram alguns novos tipos de atores para o processo político, legitimando novos discursos para as políticas e consentindo novas formas de influência e vivência das políticas. Nesse processo, algumas associações incapacitam, usurpam direitos ou driblam alguns dos atores e agentes políticos constituídos.

Há, portanto, um desafio para a pesquisa em educação, pois não se trata simplesmente de avaliar uma política, com o intuito de julgá-la, aprovando ou não, mas compreender a engenharia que a constitui, seus processos e produtos (ARRETCHE, 2009). Ball e Mainardes (2011) ressaltam que os pesquisadores da área evidenciam a urgência de referenciais analíticos mais sólidos, assim como a ampliação da interlocução com a literatura internacional que apresenta múltiplas perspectivas teórico-metodológicas.

Aprofundar as discussões que envolvem o campo político educacional, especialmente no ensino superior, torna-se premente diante da nova configuração do Estado, que estreitou a relação público-privado, comprometendo a dimensão social e educacional na formação dos alunos, e redefinindo o *ethos* acadêmico.

O objetivo é apresentar a Actor-Network Theory (Teoria Ator-Rede – TAR) como uma alternativa metodológica para a condução de pesquisas que envolvam políticas educacionais, visto que no Brasil o uso desta abordagem



em pesquisas da área de Educação ainda é incipiente. Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica teórico-reflexiva.

De acordo com Fenwick (2010), um único artigo, não pode envolver-se em profundidade no debate teórico acerca da TAR ou nas complexas discussões tecidas acerca da metodologia nos diferentes estudos até então postos. Destarte, esse artigo apresenta uma visão geral da teoria, apontando pontos de partida para a análise de políticas educacionais. Para tanto, o texto está dividido em três partes. A primeira tece uma reflexão sobre a nova configuração das políticas públicas do ensino superior brasileiro. A segunda apresenta as concepções e características da TAR. A terceira parte trata da aplicação da TAR na análise de políticas públicas educacionais, ressaltando-a como uma alternativa no contexto do ensino superior.

Ensino superior: reflexões sobre a reconfiguração das políticas públicas nacionais

Historicamente, as mudanças sofridas na agenda política do Brasil, com a intervenção de novos atores nacionais e internacionais, podem ser observadas de acordo com Melo (2009), desde a primeira Era Vargas (1930-1945), até o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Sendo que este último, foi considerado o marco referencial do novo quadro político, por tornar explícita a institucionalização das relações de boa governança.

As políticas públicas, como grandes alvos das intervenções acordadas entre Estado e mercado, se posicionaram como um movimento de *nation building*, com o discurso de promover a integração social, justificado pelo fato de, apenas o Estado, não ser capaz de promover o restabelecimento político e econômico, fundamental para o seu desenvolvimento (MELO, 2009; AKKARI, 2011). Portanto, a análise de qualquer política, requer, inicialmente, compreender melhor o seu conceito e seus desdobramentos, ou seja, política pública, política social, e, a partir daí, entendermos o que seja política educacional.

A política pode ser entendida como:

[...] exercício do poder em sociedade, seja em nível individual, quando se trata das ações de comando, seja em nível coletivo, quando um grupo (ou toda sociedade) exerce o controle das relações de poder em uma sociedade (SANTOS, 2014, p. 2).

O sentido da política está relacionado à sociedade, de maneira que toda intervenção política recairá sobre os indivíduos, ou de forma individual ou de forma coletiva. Nesse aspecto, as políticas públicas se instauram como a ação do Estado, a partir da implementação de projetos e/ou programas em prol de um determinado segmento da sociedade, como bem coloca Höfling (2001, p. 31, grifo do autor):

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de **responsabilidade** do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada [...].

Sendo assim, as políticas públicas se inserem no jogo político entre o público e o privado, carregadas de interesses e disputas, como reforça Santos (2014), uma vez que as políticas públicas não são neutras e sempre buscam atender a determinados interesses. Tal fato acontece em vários campos, inclusive no educacional. E quando esses interesses acabam beneficiando alguns setores da sociedade em detrimento de outros, surgem as políticas sociais na tentativa de proteger a sociedade e tentar diminuir as desigualdades. Höfling (2001) destaca que tais políticas nasceram no bojo dos movimentos populares do século XIX, em resposta aos conflitos engendrados entre capital e trabalho. Demo (2003, p. 14) refere-se à política social da seguinte maneira:

Política social pode ser contextualizada, de partida, do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais. Por trás da política social, existe a questão social, definida desde sempre como a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que a sustenta.

Diante desse contexto, as políticas sociais se instauram na tentativa de camuflar os danos provocados pelo neoliberalismo que comprometem áreas

vitais da sociedade, como educação, saúde, segurança. Isso porque as necessidades sociais são transformadas em demandas mercantis com o objetivo de racionalizar os gastos públicos, ampliando o número de cidadãos marginalizados, pois quem não pode pagar por certos serviços fica à mercê da exclusão (OLIVEIRA; DUARTE, 2005). Portanto, a educação passa a ser entendida como uma política social ou, como ressalta Höfling (2001), de corte social, pois visa diminuir as incongruências provocadas pela globalização.

Essa situação se explica em razão do neoliberalismo que ganhou força na década de 1990, com o Consenso de Washington (1989), e passou a interferir nas políticas públicas de vários países como o Brasil, com uma intensa privatização do público e uma significativa redução do papel do Estado, pois tudo que é público passa a ser considerado de má qualidade. Há então uma desnacionalização do Estado. O setor privado passa a se confundir com o público, mas de uma maneira drástica, pois os aspectos sociais não são mais prioridade (AFONSO, 2003; CHAVES, 2006; AKKARI, 2011).

Diante desse contexto, as políticas educacionais são modificadas não para melhorar a oferta e a qualidade da educação gratuita, mas para atribuir-lhe um valor econômico. É o que ocorre com o ensino superior, que teve sua política modificada, para atender a interesses de massificação do ensino, sem, entretanto, se preocupar com a qualidade na formação dos indivíduos.

O Art. 45 da LDB (BRASIL, 1996, p. 15) confirma o domínio neoliberal na educação superior brasileira ao destacar que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. Há uma intervenção clara dos neoliberais no Estado, que procuram diminuir ao máximo a atuação deste, no que se referem às políticas sociais (DOURADO, 2002). A lógica que se estabelece ressalta que as mazelas que assolam a sociedade contemporânea são superadas, com a racionalização do Estado.

Por isso, a reconfiguração das políticas educacionais também se mistura com a nova configuração do Estado-nação, responsável pela elaboração e execução dessas políticas. No caso da Educação, Akkari (2011), traz à luz das discussões a influência da descentralização, justificada por três aspectos: a



complexidade das organizações e das relações de poder; a administração de conflitos e a legitimidade do Estado-nação. Tem-se nesse sentido, o argumento balizador para regularizar a avaliação das políticas educacionais como mecanismos de alcance dos objetivos de estratégia política, que nesse caso, servem ao mercado.

O estreitamento da relação público-privado no ensino superior coloca o Estado apenas como “regulador das políticas” (AFONSO, 2003) por meio do exercício da avaliação meritocrática, com vistas ao ranqueamento e produtividade (BRAGA; GUIMARÃES-IOSIF, 2014) e permite que atores nacionais e internacionais – Fundo Monetário Internacional, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, União Europeia, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, governos nacionais, organizações acadêmicas, associações representativas, sociedade civil organizada, entre outros – ditem as regras do novo jogo político, preocupados em expandir o acesso à educação de nível superior, mas ao mesmo tempo, abrindo um abismo no tripé ensino-pesquisa-extensão. Vale ressaltar que o nível de participação e intervenção depende da influência e da mobilização de cada rede.

Diante da complexidade da área de Educação, em especial a de nível superior, é mister que haja discussões em direção a análises mais consistentes da reconfiguração das políticas educacionais no Brasil, pois não se trata de uma avaliação unilateral, mas sim, compreender processos muito complexos que influenciam toda a lógica social vigente.

Contextualizando a teoria ator-rede

Tecida nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, a TAR representa um corpo teórico heterogêneo de princípios metateóricos e sensibilidades empíricas, de certa maneira influenciado pela sociologia fenomenológica de Gabriel Tarde e pela noção de rizoma dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. A TAR também apresenta compatibilidade com a concepção de Michel Foucault acerca de “poder como rede”, bem como com a conjectura da Etnometodologia de que atores sociais trazem consigo o conhecimento a priori



para explicarem a complexidade de seus mundos (BUZATO, 2014). "Dentre as propostas atuais de descentração do ser humano, a mais provocativa é a da 'Actor-Network Theory' (ANT) (Teoria do ator em rede)" (DEMO, 2012, p. 42), atribuída a Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Ao longo dos anos, esses autores têm se esforçado para evitar que a TAR seja definida como um conjunto padronizado de ideias teóricas (FENWICK, 2010; FENWICK; EDWARDS, 2010).

Law (2008) considera que a empreitada das Ciências Sociais - e aqui poderíamos incluir a educação - é imaginar métodos que não mais almejem o definido, o repetível, o universal. O autor recomenda que aventemos o mundo como um fluxo de forças e relações, permeado por correntes, alterações imprevisíveis, turbulências e períodos de calma. A contribuição fundamental da ANT é sugerir métodos analíticos que honram a bagunça, desordem e ambivalências que ordenam os fenômenos, incluindo os da educação (FENWICK; EDWARDS, 2010).

A TAR é analiticamente radical, pois vai de encontro a algumas questões éticas, epistemológicas e ontológicas. Particularmente, ela não celebra a ideia de que haja diferença entre humanos de um lado e objetos do outro. Ela nega que pessoas sejam essencialmente especiais. Nesta perspectiva, dizer que não há diferença entre pessoas e objetos é uma atitude analítica e não uma posição ética. Pensar isso não significa que tenhamos de tratar as pessoas como máquinas e lhes negar os direitos, deveres e responsabilidades que usualmente lhes atribuímos (LAW, 1992).

Como ferramenta teórico-metodológica, a TAR nos permite investigar o complexo campo de formulação, implantação e implementação de políticas educacionais. A teoria permite análises aprofundadas ao conceber as políticas públicas como rede compostas por diversos atores. Law (1992) ressalta que as redes são compostas não apenas por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas – qualquer material que você possa se referir. Deste modo, o argumento é que o material social não é simplesmente humano. Portanto, nessa visão, a tarefa da sociologia é caracterizar as redes



em sua heterogeneidade e explorar como é que elas vão ser modeladas para gerar efeitos como organizações, desigualdade e poder.

A noção de redes heterogêneas se insere nas teorizações da Teoria Ator-Rede, que entende um fato científico como algo construído por meio de ações de uma rede de atores humanos e não-humanos que se cristalizam em coisas e artefatos. Redes, que produzem efeitos não permanentes, e que, a qualquer modificação e deslocamento de seus atores, interferem e alteram o que é produzido (CURADO; SPINK, 2014, p. 12).

A TAR se inscreve na denominada "Sociologia Simétrica" (CURADO, 2012), pois os efeitos dessas redes que mesclam simetricamente pessoas e objetos, dados da natureza e dados da sociedade, oferecendo-lhes igual tratamento.

Na perspectiva da TAR, "ator/agente" denota algo que age ou que é alvo da ação concebida por outros, portanto pode ser humano ou não-humano e cada um pode ter metas (ou funções). Uma vez que a palavra ator/agente "no caso dos não-humanos é incomum, o termo melhor é actante, um empréstimo da semiótica que descreve qualquer entidade que atua em uma trama com a atribuição de um papel figurativo ou não figurativo". (LATOUR, 1994, p. 33).

Latour (2005) reforça o ponto de que a TAR não representa uma afirmação vazia de que os objetos fazem as coisas, em vez de atores humanos. Ela simplesmente diz que nenhuma ciência social jamais pode começar se a questão de "quem" e o "que participa da ação" não é antes de tudo exaustivamente explorada - mesmo que isso signifique a inclusão de elementos não-humanos em observações e relatórios. "Os objetos a nossa volta nos constituem em rede, fazemos parte deles e eles de nós, merecendo exame crítico" (DEMO, 2012, p. 41). Demo argumenta que a TAR é considerada um projeto aberto e incompleto, que toma como ponto de partida a realidade em suas dinâmicas não lineares. Sendo que a realidade é uma malha infinda de rede de atores, engendrando uma ontologia tipicamente completa na qual todas as entidades – humanas e não-humanas – estão em posição de igualdade, interagindo e constituindo a realidade.

Análise de políticas públicas à luz da Teoria Ator-Rede: contribuições para a análise de políticas educacionais

A análise de políticas públicas implica falar das associações e dos efeitos por elas produzidos entre uma série de atores heterogêneos. O quadro abaixo apresenta uma breve descrição de pesquisas que utilizaram a TAR na análise de políticas.

Quadro I - Políticas públicas analisadas à luz da Teoria Ator-Rede (pesquisando redes heterogêneas - como pesquisar e como analisar?)

Políticas públicas analisadas à luz da Teoria Ator-Rede (pesquisando redes heterogêneas) - como pesquisar e como analisar?	
Política	Política Pública de Enfrentamento à Pobreza: Programa Bolsa Família (CURADO, 2012).
Como pesquisar	Seguir as associações, fluxos e movimentos que envolvem os atores humanos e não humanos: cadastros, secretarias, ministros, psicólogos, assistentes sociais, documentos, benefícios, leis, índices, cadeiras, sistemas computacionais.
Como analisar	Entrevistas com beneficiários do Programa; observações em campo dos atendimentos de cadastramento e recadastramento do Programa; comentários dos atendentes; conversas com gestores do Programa e psicólogos; e análise de documentos públicos (leitura e releitura de documentos relacionados às políticas de combate à pobreza e ao programa Bolsa Família, tais como relatórios, boletins, atlas, informativos de manuais de treinamentos, formulários).
Política	Política pública de atenção a pessoas que sofreram violência sexual: Programa Iluminar Campinas (PEDROSA, 2010).
Como pesquisar	Compreender a rede de atores humanos e não-humanos envolvidos no Programa: profissionais da saúde, profissionais da segurança; secretarias municipais; formulários, exames médicos; viaturas; mulheres vítimas da violência.
Como analisar	Análise de documentos públicos referentes ao Programa; entrevistas com médicos, analista de sistemas, assistente social e profissional da guarda municipal; e observações das atividades (capacitações, reuniões e visitas técnicas) e dos eventos desenvolvidos pelo Programa.
Política	Política de erradicação do trabalho infantil (ANDRADE, 2006).
Como pesquisar	Compreender a formação da política de erradicação do trabalho infantil a partir da gestão dessa política não pelas características classicamente identificados com a escolha racional na lógica linear de ideias formuladas e implementadas, mas sim, por subsídios referentes às relações dos atores - contatos, vínculos, conexões, discordâncias, proximidades e distâncias.
Como analisar	Análise de três tipos de textos: documentos escritos; falas proferidas em palestras, seminários e reuniões; e entrevistas abertas. A primeira fase se ocupou de uma análise crítica das entrevistas transcritas e dos textos dos documentos escritos e das falas. Na segunda fase, buscou-se compreender como os discursos construía as redes por entre as translações dos atores formando a política a partir da identificação de relações intertextuais manifestas ou constitutivas.

Fonte: autoras com base em Andrade (2006), Curado (2012) e Pedrosa (2010).

Na pesquisa de Curado (2012), as entrevistas assumiram o valor simétrico de um documento, um informativo, uma conversa ou comentário durante uma observação. As falas dos entrevistados não foram consideradas como um procedimento privilegiado, posto que fazem parte de redes heterogêneas, sendo assinaladas apenas como mais um "ator" que produz pobreza e é produzido por ela. As informações obtidas acerca de "pobreza" por meio da análise dos documentos atuaram também na produção e composição das redes heterogêneas de pobreza modernas. "Foi seguindo os cadastros e documentos que conseguimos tecer a rede. Eles permitiram entrar em contato com outros atores, como beneficiários, atendentes, gestores, os sistemas de informação e controle, os cálculos de renda" (CURADO, 2012, 147).

Ao discorrer sobre as observações na sala de atendimento, Curado descreve a composição da ambiente, citando a disposição e função de alguns objetos, tais como cadeira giratória, armário, corredor, entre outros. Esses atores/agentes promoveram ações, logo tiveram agência.

Pedrosa (2010), ao focar no processo de implementação do Programa Iluminar, procurou descrever os efeitos produzidos pelos vínculos e alianças geradas em torno do programa. Durante o período de observação, todos os dados foram anotados detalhadamente em um diário de campo. Devido à necessidade de maiores informações, alguns participantes da pesquisa foram entrevistados mais de uma vez. A autora destaca que os atores investigados na sua pesquisa - humanos e não-humanos - compõem a mesma rede, portanto promovem a existência Programa Iluminar.

Pedrosa (2010) conclui que a política, objeto de estudo, apresentou uma gestão do cuidado às mulheres vítimas da violência de uma maneira inovadora, direcionando a construção do cuidado a partir da concretização do trabalho com elementos humanos e não-humanos nessa construção do cuidado.

A abordagem da TAR, segundo Andrade (2006, p. 57), "possibilita vislumbrar a formação de políticas públicas pelo processo dinâmico que lhes constitui por meio do co-ocorrência de situações em uma ordem que é sempre contextual". Aspecto este relevante para a gestão pública brasileira que passou a operar em uma arena múltipla e mais complexa de forças entre atores



estatais e não-estatais. A autora analisou a formação da política brasileira de erradicação do trabalho infantil por meio da “translação” de vários atores em distintas escalas. Conforme Latour (2001, p. 356), translação "refere-se a todos os deslocamentos por entre outros atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação".

Destarte, uma política pública não pode ser apreciada como domínio de um único ator ou atriz, mas como o resultado da interação entre eles, transformando o processo de conhecimento em algo emaranhado e inesperado. "Para autores da TAR, o postulado da heterogeneidade nos permite conceber novas formas de pensar a ação humana que podem nos ser muito úteis para análise de políticas públicas" (CORDEIRO; SPINK, 2014, p. 20).

Embora as políticas públicas supracitadas não tenham vínculos com as políticas educacionais, acredita-se a TAR é uma alternativa viável também para pesquisas na área educacional, em especial da educação superior, uma vez que possibilita a compreensão do funcionamento das redes heterogêneas, bem como seus produtos, efeitos e conexões. Ao longo das últimas décadas, a educação superior brasileira tem atraído a atenção e sofrido ingerências de diversos atores que têm interesse nesse campo altamente rentável. Logo, é fundamental que a rede de relações desses atores seja melhor compreendida e investigada.

O ponto de virada da TAR não recai sobre quem atua e como atua, mas desloca-se de uma certeza sobre a ação para a incerteza sobre a ação. Portanto, é mister compreender "o que atua" e "como atua" (LATOUR, 2005). Conforme Scott Waltz (2004, p. 158) "as coisas não têm um papel no ambiente educacional para além de nós [...]. Ao contrário, elas interagem conosco como co-criadores surpreendentes de ambientes educacionais". A partir dessa perspectiva, Edwards (2002) assinala a importância da TAR na análise de políticas educacionais, pois esta metodologia estabelece um quadro para a análise dos exercícios de poder pelo qual o capital cultural, social e econômico é produzido e se reproduz.

No campo da política educacional, Hamilton (2012) afirma que a interpretação de materiais - fichas de observação (incluindo notas de campo), entrevistas com os participantes, informações de documentos e objetos – pode ser guiada pela orientação teórica do TAR, que segue as trajetórias dos actantes (sejam pessoas, projetos, discursos ou objetos), identificando os movimentos e mudanças delineados. A TAR ajuda a localizar as inclusões e exclusões que ocorrem na configuração das políticas educacionais (FENWICK, 2010), procurando compreender as relações de poder e as negociações que são estabelecidas em todo o processo da política educacional, que vai de sua formulação até implementação e avaliação.

A TAR, conforme Hamilton (2012) abre uma perspectiva ética e estrategicamente útil sobre o mundo social, portanto vale a pena explorar na pesquisa em educação.

À guisa de conclusão

Expandir o olhar sobre as políticas públicas, em especial as de educação superior, denota não mais compreendê-las como domínio de um único ator ou atriz, mas sim como decorrência da interação entre eles (CURADO, 2012). Cabe ressaltar que, nas duas últimas décadas, as políticas educação superior, passaram a ser reformuladas para se estabelecerem como massa de manobra do Estado em nome da parceria com o mercado. Atualmente, uma diversidade de atores interfere nos processos de formulação, implantação e implementação das políticas. Portanto, a análise de políticas públicas requer o uso de uma corrente metodológica capaz de compreender essa dinâmica. Nesse cenário, a Teoria Ator-Rede possibilita a análise das relações de poder que se concretizam por meio das práticas e associações de diferentes atores ao conceber novas formas de pensar a ação, o que pode ser muito útil para análise das políticas de educação superior.

Referências

AFONSO, A. J. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, p. 35-46, jan./abr., 2003.



AKKARI, A. **Internacionalização das Políticas Educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ANDRADE, J. A. Redes de Atores: Uma Nova Forma de Gestão das Políticas Públicas no Brasil? **Gestão & Racionalidade**, v. 22, n. 64, p. 52-66, mai./ago., 2006.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão de debate**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 29-39.

BALL, S. J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. (Orgs.). **Sociologia da educação: análise internacional**. Porto Alegre, Penso, 2013, p. 177-189.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. Introdução. In: BALL S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.), **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 11-18.

BRAGA, I. C. M.; GUIMARÃES-IOSIF, R. O “oceano quantitativista” na avaliação da pós-graduação: implicações para o trabalho docente. **Linhas Críticas**, Brasília-DF, v. 20, n. 42, p. 479-498, maio./ago. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/11630/8185>>. Acesso em: 3 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 9.394/96, Brasília, 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 jun. 2011.

BUZATO, M. E. K. Por um enfoque pós-social fundamentado na Teoria Ator-Rede para os novos letramentos e para a inclusão digital. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 17, n. 1, p. 25-60, jan./abr. 2014.

CHAVES, V. L. J. O público privado na Educação Superior Brasileira: A privatização da Universidade Pública. In: SILVA, M. A; SILVA, R. B. (Orgs.). **A ideia de Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Liber Livro, 2006, p. 67-90.

CURADO, J. **Multiplicidade de “pobrezas” nas redes heterogêneas das políticas públicas contemporâneas**. 2012. 182f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CURADO, J. C.; SPINK, M. J. Multiplicidade de "Pobrezas" nas Políticas Públicas contemporâneas: Contribuições do construcionismo social e a Teoria Ator-Rede (TAR). **Diálogo (UNILASALLE)**, Canoas, v. 27, p. 09-24, dez., 2014.



DEMO, P. **Ciência Rebelde para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se**. São Paulo: Atlas, 2012.

DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

FENWICK, T. (Un)Doing standards in education with actor-network theory. **Journal of Education Policy**, v. 25, n. 2, p. 117-133, 2010.

FENWICK, T.; EDWARDS, R. **Actor-Network Theory in education**. New York, NY: Routledge, 2010.

HAMILTON, M. Unruly Practices: what a sociology of translations can offer to educational policy analysis. In: FENWICK, T.; EDWARDS, R. (Orgs.), **Researching education through actor-network theory**. Wiley-Blackwell: Hoboken, New York, 2012. p. 40-59.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Acesso em: 09 out. 2012.

LATOUR, B. **A esperança de pandora**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Edusc, 2001.

LATOUR, B. On technical mediation – philosophy, sociology, genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.

LATOUR, B. **Reassembling the Social: an introduction to actor-network theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity, **Systems Practice**, v. 5, n. 4, p. 379-393, aug., 1992.

LAW, J. **After Method: mess in social science research**. New York: Routledge, 2008.

MELO, M. A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão de debate**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-28.

OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v23n02/v23n02a03.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2012.

PEDROSA, C. M. **O cuidado às pessoas que sofreram violência sexual: desafios à inovação de práticas e à incorporação da categoria gênero no**



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Profesores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

Programa Iluminar Campinas. 2010. 175f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)
- Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, P. S. M. B. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos.** 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

WALTZ, S. Giving artefacts a voice? Bringing into account technology in educational analysis. **Educational Theory**, v. 54, n. 2, p. 157-172, 2004.